



MITO, UTOPIA E DEMOCRACIA EM A GRANDE TRANSFORMAÇÃO DE KARL POLANYI

MYTH, UTOPIA, AND DEMOCRACY IN KARL POLANYI'S *THE GREAT TRANSFORMATION*

Patrícia Fernandes*
patriciafernandes@protonmail.com

Sumário. *Partindo do tripé conceptual mito, utopia e democracia, o nosso texto propõe-se considerar os contributos de Karl Polanyi em três linhas de reflexão. A primeira incide sobre o seu trabalho de desconstrução do mito da naturalidade do mercado e da natureza económica do ser humano; a segunda concerne a sua defesa do projeto de uma sociedade de mercados livres como utópico; e a terceira considera o seu princípio do duplo movimento como uma expressão da democracia europeia. Estas três linhas de reflexão constituem contributos relevantes para o processo, ainda em curso, de análise, interpretação e ponderação de soluções para a crise económica e financeira iniciada em 2007/8 e que, tendo-se transmutado em crise das dívidas soberanas, se traduziu na adoção do austeritarismo como projeto político.*

Palavras-chave: *mito, utopia, duplo movimento, democracia, políticas de austeridade.*

Abstract. *Considering the concepts of myth, utopia and democracy, I shall center my analysis on three of Karl Polanyi's contributions: the first of them focuses on the deconstruction of the myth of natural markets and of the economic nature of human beings; the second one centers on Polanyi's defense of a market society as utopic; and the last one considers his double movement formulation as an expression of the European democracy. Ultimately I shall use these contributions to reflect on the financial and economic crisis of 2007/8 and its transformation in the sovereign debts crisis that led to the adoption of Austerity as a political project.*

Keywords: *myth, utopia, double movement, democracy, austerity politics.*

* Investigadora associada do CEPS (UM); Professora auxiliar Convidada na UBI.

o. Introdução

O maior elogio que podemos dirigir a uma obra, que é necessariamente resultado de condições sociais e históricas específicas, parece ser o reconhecimento de que ela nos proporciona novas ou repetidas reflexões em contextos posteriores e distintos daqueles que a motivaram, ajudando-nos a compreender o presente e a futurar alternativas para os desafios que enfrentamos. O livro de Karl Polanyi, *A Grande Transformação*, publicado em 1944, é precisamente uma dessas obras, tendo sido especialmente retomada depois da recente crise económico-financeira que gerou graves consequências um pouco por todo o mundo. Recuperar não só *A Grande Transformação* como também *O Caminho para a Servidão*,¹ publicado por Friedrich Hayek no mesmo ano, constitui, nesse sentido, um valioso contributo para a tarefa de refletir sobre os desafios dos nossos dias.²

A virtude desta dupla abordagem de reflexão prende-se com o facto de estes dois autores promoverem uma leitura contrastante sobre os factos que antecederam a crise política de 1933-45. Oferecendo essa leitura distinta, complementam-se na apreciação dos factos, permitindo-nos examinar a complexa realidade de forma mais abrangente. Podem, dessa forma, ser usados como instrumentos de reflexão recíproca entre aqueles que, por um lado, analisam a crise atual como resultado de um processo de des-regulação e diminuição da intervenção estatal e aqueles que, por outro, a interpretam como resultado da pesada herança keynesiana que impossibilita uma prossecução adequada dos objetivos do projeto recuperado do liberalismo clássico.

Escrever sobre tudo isto em 2017, isto é, precisamente dez anos depois dos primeiros sinais que indicaram a grave crise que se viria a revelar plenamente em 2008, é escrever com o reconhecimento de dois distintos fatores: se os dez anos nos permitem já algum distanciamento em relação aos acontecimentos, e, por isso, uma reflexão mais amadurecida, continuamos simultaneamente presos às consequências daqueles factos e por isso refletindo sobre eles a partir da sua vivência e sem sabermos como, no fundo, termina a história. Estes dois fatores

¹ Hayek, Friedrich (2014). *O Caminho para a Servidão*. trad. port. Marcelino Amaral. Lisboa: Edições 70.

² Viriato Soromenho-Marques coloca igualmente em diálogo estes dois autores no livro em que analisa as condições do projeto europeu após a crise económico-financeira, publicado em 2014: *Portugal na queda da Europa*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

tornam ainda mais relevante uma obra como a de Polanyi: considerando os pontos de coincidência entre a crise do início do século XX e a crise atual, as reflexões cruciais de Polanyi detêm a pertinência analítica de nos permitir apreciar o momento presente e, ao mesmo tempo, considerar os seus perigos e divisar saídas possíveis. É isso que procuraremos fazer, partindo do seguinte tripé conceptual: mito, utopia e democracia.

1. Mito e utopia

O primeiro contributo da obra de Karl Polanyi que queremos recuperar prende-se com as observações que resultaram do seu minucioso estudo histórico e jurídico sobre o surgimento da lógica dos mercados e do *homo economicus*. Abordando o surgimento e a consolidação da doutrina do liberalismo económico, Polanyi diz-nos: “A despeito de toda a insistência do coro de fórmulas académicas hipnóticas do século XIX, o ganho e o lucro obtidos através da troca nunca desempenharam, no passado, um papel importante na economia humana.” (Polanyi, 2012: 175) Na realidade, os estudos históricos e etnográficos apresentados por Polanyi revelam-nos que não há nada *a que nos possamos agarrar* para defender a ideia de mercado como condição natural. No mesmo sentido, os elementos disponíveis apontam para a impossibilidade de se afirmar uma natureza humana de cariz económico:

Um pensador da envergadura de Adam Smith sugeriu que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência de mercados, ou, nos seus termos, da “propensão [do homem] para negociar, permutar ou trocar umas coisas por outras.” Estas palavras serviriam para fundamentar mais tarde a conceção do Homem Económico. (Polanyi, 2012: 176)

No entanto,

[e]m retrospectiva, poderia dizer que nenhuma outra falsa interpretação do passado se revelaria mais profética a respeito do futuro. Porque, se até à época de Adam Smith essa propensão não se manifestara de modo muito considerável na vida de qualquer comunidade observável, e se mantivera, quando muito, como um traço subordinado da vida económica, cem anos mais tarde funcionava já em pleno na maior parte do planeta um sistema industrial, implicando, em teoria e na prática, que a espécie humana passara a ser dirigida em todas as suas atividades económicas – se é que não, também, em todos os seus esforços políticos, intelectuais e espirituais – por essa propensão particular. (Polanyi, 2012: 176)

Polanyi caracteriza estas pretensões do pensamento liberal económico como *o mito da naturalidade dos mercados e da natureza económica do ser*

humano. O nosso entendimento é o de que essas pretensões têm as suas raízes no liberalismo filosófico que lançou as bases da sociedade atual. Aquilo que os primeiros autores liberais, contratualistas, tentaram foi encontrar as condições naturais do ser humano e da sociedade, por forma a apresentarem uma nova articulação política para a sociedade moderna: recordemos como esse pensamento inicial se centrava nas noções de estado de natureza, direitos naturais e, a partir daí, na ideia de contrato e sociedade civil. Trata-se de uma estratégia discursiva particularmente eficaz porque repete, como Thomas Hobbes procurou fazer à imagem da geometria euclidiana, o discurso científico que dava na altura os seus primeiros passos. Era a forma de encontrar os fundamentos últimos, objetivos e incontestáveis, capazes de assegurar uma argumentação racionalmente inatacável. Afinal, como contestar política ou economicamente aqueles que apenas procuram estabelecer *o modo natural como as sociedades se devem organizar*? Se esse é o *modo natural* é porque se trata do *modo correto* e por isso as políticas só podem ter como objetivo promovê-lo.

Esta poderosa estratégia discursiva pode, contudo, ser atacada recorrendo às armas usadas por Polanyi, isto é, chamando à colação os contributos das áreas de estudo que introduzem o fator da *contingência*, como a história, a antropologia ou a etnografia, o que permite convocar a ideia de que a naturalidade dos mercados ou a natureza económica do ser humano não passa de um *mito* – no sentido de uma construção fictícia e discursiva. E é o que Polanyi faz no capítulo IV da segunda parte do seu livro, recorrendo a contributos daquelas áreas de estudo para mostrar que nada na informação de que dispomos nos permite afirmar o mercado ou a natureza económica como condição natural da organização social humana. E este é o primeiro nível de atuação do argumentário de Polanyi.

O objetivo político desta construção discursiva consistia em legitimar políticas de restrição do Estado enquanto agente económico. Em última instância, o mercado, como condição natural, seria autorregulado: regulado pelas suas leis naturais e não carecendo da intervenção estatal que, pelo contrário, perturbaria aquelas leis. Ora, a desconstrução mitológica de Polanyi atua também neste segundo nível: ao longo do capítulo V, a narrativa do nosso autor procura expor de que forma os tais mercados naturais são, em oposição à própria

coerência ideológica dos seus defensores, resultado de intervenção estatal. Na verdade, o Estado funcionou “como instrumento da ‘nacionalização’ do mercado e criador do mercado interno.” (Polanyi, 2012: 205) Longe de se tratar de uma condição natural, o sistema de mercado tal como viria a ser desenvolvido pelos economistas liberais resultou de um projeto político do Estado moderno. A ideia de mercado natural, livre e autorregulado perde, assim, sentido. Como diz Polanyi,

O *laissez-faire* nada tinha de natural; os mercados livres nunca teriam chegado a existir por simples efeito da força das coisas. Tal como as manufaturas do algodão – a principal indústria associada à liberdade de comércio – tinham sido criadas mediante o auxílio de tarifas protecionistas, de incentivos à exportação e de subsídios salariais indiretos, também o próprio *laissez-faire* foi imposto pelo Estado. (Polanyi, 2012: 308-9)

Contra a ideia de naturalidade dos mercados, contra a ideia de que bastaria suprimir a intervenção estatal para encontrar, por debaixo dessa crosta, condições naturais de mercado, Polanyi constata:

[A] introdução dos mercados livres, longe de pôr fim às exigências de controlo, regulação e intervenção, expandiu imenso o seu domínio. Os administradores tinham de se manter a todo o momento vigilantes para assegurar o livre funcionamento do sistema. Assim, até mesmo aqueles que desejam mais ardentemente libertar o Estado de todas as obrigações desnecessárias e cuja filosofia reclamava em todos os aspetos a limitação das atividades do Estado, não puderam fazer outra coisa que não fosse atribuir a esse mesmo Estado os novos poderes, órgãos e instrumentos requeridos pela instauração do *laissez-faire*. (Polanyi, 2012: 310-1)

Paradoxalmente, o próprio valor de *liberdade* advogado pelos liberais³ carece desse *intervencionismo*:

A via do mercado livre foi aberta e manteve-se aberta graças ao aumento constante de um intervencionismo organizado e controlado centralmente. Tornar a “simples e natural liberdade” de Adam Smith compatível com as exigências de uma sociedade humana revelava-se uma tarefa extremamente intrincada. Testemunham-no a complexidade das disposições das inúmeras leis sobre os *enclosures*; o enorme controlo burocrático associado à administração das Novas Leis dos Pobres, que, pela primeira vez desde o reinado da rainha Isabel, eram efetivamente supervisionadas pela autoridade central, ou o crescimento da administração governamental suscitado pela meritória iniciativa de uma reforma municipal. E contudo, todas estas praças-fortes da interferência governamental eram construídas com o propósito de organizar esta ou aquela simples liberdade – a da terra, do trabalho ou da administração municipal. (Polanyi, 2012: 310)

³ No texto, de cariz privado, escrito por Murray Rothbard sobre o livro de Polanyi em análise, «Down With Primitivism: A Thorough Critique of Polanyi» (1961), o economista afirma: “Referi que a sociedade livre permitiria a Polanyi ou a qualquer outra pessoa que concorde com ele abandonar o mercado e encontrar qualquer outro modelo que lhes sirva. Mas *uma e única coisa* a sociedade livre *não* permitiria a Polanyi fazer: usar de coerção em relação ao resto de nós.” (cf. <https://mises.org/library/down-primitivism-thorough-critique-polanyi> - último acesso: 16/07/2017). Esta é a contradição permanente daqueles que defendem o mercado livre esquecendo que ele resulta, e só resulta, de decisão estatal, que é sempre uma forma de coerção.

Avançemos agora para o segundo dos nossos conceitos de análise: a *utopia*. A par desta desconstrução mitológica, Polanyi considera a dimensão utópica do projeto liberal: “A nossa tese é que a ideia de um mercado capaz de se auto-ajustar era uma mera utopia.” (Polanyi, 2012: 120) Podemos ter em conta este aspeto considerando duas perspetivas. Por um lado, Polanyi chama a atenção para as ideias-chave dos pensadores liberais que destacam a sociedade de mercado como projeto político a prosseguir: “o mercado autorregulado resultava das leis inexoráveis da natureza” pelo que “a libertação sem freio do mercado era uma necessidade inelutável.” (Polanyi, 2012: 290) Destaca, desta forma, a sociedade de mercado como projeto utópico que deve orientar a atividade e as decisões políticas, juntando-se à série de utopias que marcariam a modernidade com os seus resultados calamitosos.⁴

Reconhecendo este aspeto, a análise de Polanyi pretende, por outro lado, considerar a sociedade de mercado como *u-topia*, isto é, o seu não lugar, a sua impossibilidade de realização. Recorre para esse efeito a Robert Owen para notar que “a economia de mercado, se a deixassem evoluir segundo as suas próprias leis, criaria grandes males permanentes.” (Polanyi, 2012: 298) A argumentação do nosso autor centra-se, em especial, na tese das mercadorias fictícias, apresentada no capítulo VI: é inerente ao sistema de mercado alargar progressivamente a sua lógica de mercantilização, e isso implica transformar em mercadorias todos os fatores de produção, incluindo aqueles que não são mercadorias – afinal, “uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado” (Polanyi, 2012: 214). Isto levou à criação de uma categoria, que Polanyi designa como *mercadorias fictícias*, por forma a incluir no processo aqueles elementos essenciais da indústria que não são mercadorias: o trabalho, a terra e a moeda. O ponto de Polanyi é o de que esta ficção não atendeu ao facto de que deixar os seres humanos e a terra nas mãos do mercado equivale a aniquilá-los.⁵

⁴ Jens Beckert, que contribuiu para o campo da sociologia económica com uma poderosa crítica à ideia de eficiência económica (em *Grenzen des Marktes: die sozialen Grundlagen wirtschaftlicher Effizienz*, 1997), tem desenvolvido o seu trabalho mais recente em torno do papel fulcral das ficções no domínio económico e de como os agentes económicos são motivados por um futuro imaginado nas decisões em situação de risco (*Imagined Futures: fictional expectations and capitalist dynamics*, 2016).

⁵ Zygmunt Bauman, em *Liquid Modernity* (2000), faz corresponder a esta transformação a ideia de “melting the solids”, pela destruição dos vínculos comunitários, dos costumes e regras consuetudinários e dos poderes intermédios, que seriam substituídos por *realidades derretidas e fluidas* colocadas em novos moldes de acordo com a lógica do “novo começo” que marca a modernidade (p. 143).

São os movimentos de reação e proteção às terríveis perturbações que resultaram da tentativa de imposição da lógica de mercado a essas mercadorias fictícias que pararam a concretização do sistema de mercado. E é neste sentido que Polanyi destaca a dimensão utópica do projeto liberal: apesar de, a partir da década de 1830, “o liberalismo explodir numa cruzada apaixonada e o *laissez-faire* tornar-se um credo militante” (Polanyi, 2012: 305), as consequências devastadoras daquelas políticas económicas provocaram reações de proteção da sociedade que tornaram impossível a concretização de uma sociedade de mercado, que a tornaram *u-tópica*. Mas para que tal ideia se torne mais clara, teremos de avançar com o princípio do duplo movimento.

2. O princípio do duplo movimento

A terceira parte do livro abre com a seguinte ideia: “Durante um século, a dinâmica da sociedade moderna foi governada por um duplo movimento: o mercado expandiu-se continuamente, mas esse movimento era contrabalançado por um contramovimento a controlar a expansão em determinadas direções.” (Polanyi, 2012: 297) A descrição empírica que Karl Polanyi faz destes princípios organizadores é particularmente relevante para uma apreciação da dinâmica social: o primeiro desses movimentos foi por nós descrito nas páginas precedentes e corresponde ao liberalismo económico, “visando a instauração de um mercado autorregulado, contando com o apoio das classes ligadas ao comércio e utilizando em larga medida como métodos o *laissez-faire* e o livre-cambismo”; o segundo “era o princípio da proteção social visando a conservação do homem e da natureza bem como da organização da produção, contando com o apoio variável dos mais imediatamente atingidos pela ação nociva do mercado.” (Polanyi, 2012: 300) Como tomava forma essa proteção social? Através de legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção.

A análise que ocupa toda a terceira parte do livro centra-se num ponto fulcral. O autor apresenta-nos este segundo movimento, de proteção, como tendo sido espontâneo: “A ação legislativa de primeira linha do contramovimento perante a autorregulação do mercado, tal como se desenvolveu no meio século que se seguiu a 1860, revelava-se como tendo sido espontânea, não dirigida pela

opinião e adotada segundo uma inspiração puramente pragmática.” (Polanyi, 2012: 311) Ou na sua célebre formulação, “[o] *laissez-faire* fora planeado – a intervenção do plano, não”. (Polanyi, 2012: 311) Importa considerar a razão para esta posição.

A espontaneidade constitui um elemento fundamental na medida em que Polanyi pretende recusar a ideia de uma conspiração antiliberal. Na verdade, a argumentação liberal face ao fracasso económico do seu projeto assenta na ideia de que ele resultou

da incapacidade por parte do homem de se manter fiel à inspiração dos primeiros liberais; que a generosa iniciativa dos nossos antepassados foi frustrada pelas paixões do nacionalismo e da guerra de classes, dos interesses estabelecidos e dos monopolistas, e, acima de tudo, pela cegueira dos trabalhadores aos benefícios que a liberdade económica sem limitações comportaria para todos os interesses humanos, entre os quais os deles próprios. (Polanyi, 2012: 315-6)

No fundo, “[u]m progresso intelectual e moral imenso foi assim, segundo os liberais, frustrado pela fraqueza intelectual e moral da massa da população – uma grande realização do espírito das Luzes viu-se destruído pelas forças do egoísmo.” (Polanyi, 2012: 316)

Face a esta alegação, Polanyi defende que o movimento de proteção da sociedade resultou antes da “perceção das fraquezas e dos perigos inerentes a um sistema de mercado autorregulado.” (Polanyi, 2012: 317) E usa, para o efeito, quatro linhas de argumentação:⁶ por um lado, contra a existência de uma conspiração antiliberal, Polanyi recorda a diversidade de campos de ação em que o contramovimento ocorreu: a legislação incidiu sobre a previsão de analistas dos bens alimentares e bebidas, a inspeção das fábricas de gás, penalizações para o emprego de crianças com menos de doze anos e que não frequentassem a escola, a imposição de vacinação, a fixação de tarifa para o aluguer de meios de transporte, etc.; em segundo lugar, Polanyi destaca as decisões tomadas de modo improvisado e pragmático, como a legislação aprovada sobre o Ato de Compensação dos Trabalhadores, que ficou dever-se exclusivamente “à evolução das condições em que o problema passava a pôr-se e uma solução a ser procurada para ele” (Polanyi, 2012: 319); por outro lado, Polanyi assinala que as fases de livre-câmbio e *laissez faire* seguidas de períodos de legislação antiliberal em

⁶ Cf. páginas 317 e ss.

matérias como a saúde pública, a segurança social, as condições de trabalho, etc., ocorreram em vários países europeus o que pressuporia uma conspiração iliberal internacional dificilmente defensável.

Notemos que, apenas dando sentido à ideia de espontaneidade e recusando a versão da conspiração coletivista, pode Polanyi defender o carácter utópico do projeto liberal nos termos que apresentamos na secção anterior: a tese central do nosso autor é a de que o projeto liberal é *impossível nos seus próprios termos*, suportando-a na consideração de que ele próprio gera uma reação espontânea. Por isso, a última linha do seu argumentário é a mais poderosa:

Não seria possível apresentar prova mais concludente da inevitabilidade do recurso a métodos antiliberais ou “coletivistas” nas condições da moderna sociedade industrial do que o facto de os próprios adeptos do liberalismo económico terem regularmente recorrido a métodos desse tipo, aplicando-os em domínios decisivamente importantes da organização industrial. (Polanyi, 2012: 321-2)

São os problemas gerados pelo projeto liberal a levar os próprios liberais a apresentarem medidas avulsas para a resolução dos problemas que iam surgindo – na sua consideração pragmática de que algo tinha de ser feito e não sendo possível “estabelecer ligações entre os interesses diretos que [as] motivaram ou coerência ideológica entre as suas diversas ações.” (Polanyi, 2012: 323)

Ora, o nosso propósito é o de reapreciar este segundo movimento a partir de uma reflexão democrática, isto é, considerando as medidas tomadas pelos liberais, *contra o ideal liberal*, como sendo condicionadas por uma cultura democrática. Queremos com isto dizer que, para lá dos ideais liberais que dão forma ao posicionamento político dos decisores ou governantes, a percepção de que vivemos num espaço democrático e de que não é possível aplicar um projeto ideológico a qualquer preço condicionou e determinou o recuo ou a adoção, dependendo dos casos, de medidas concretas. Desenvolveremos este aspeto de seguida, a partir de uma consideração das reflexões polanyianas para o contexto presente.

3. Pensar o presente a partir de Polanyi

Como enunciamos a título introdutório, o nosso intuito passa por utilizar estes contributos de Karl Polanyi para refletir sobre a crise desencadeada nos

anos de 2007-8, em especial com a transmutação da crise financeira em crise das dívidas soberanas. Dessa transmutação resultou, em Portugal, um plano de políticas austeritárias justificadas⁷ pelo pedido de empréstimo realizado pelo governo português às três instituições que ficariam conhecidas como *troika*: Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. Os quatro anos vividos pelo país, entre o período que antecedeu a chamada da *troika* e os três sujeitos à sua intervenção, parece-nos constituir um interessante laboratório de ideias para as reflexões de Polanyi.

Contudo, não pretendemos afirmar que vivemos hoje uma repetição daquilo que aconteceu no contexto de Polanyi, isto é, no final da década de 20 e anos subsequentes. As circunstâncias históricas e as mudanças sociais que se sucedem, incorporando os acontecimentos passados, excluem a possibilidade de que a história se repita. Mas não excluem a possibilidade de que certos acontecimentos provoquem reminiscências fortes em relação a situações passadas e pensamos que é precisamente isso que acontece com a recente crise financeira e bancária.

Que fatores despertam essas reminiscências? Esses fatores prendem-se essencialmente com o facto de podermos identificar hoje um consenso político que designaremos por *neoliberal*. O uso deste qualificativo é problemático: a designação é geralmente recusada não só por aqueles que não se reveem nos seus ideais, como também por aqueles que, aceitando a qualificação, entendem que a realidade política atual está muito longe daquilo que seria um projeto neoliberal. Queremos fazer, no entanto, uso deste qualificativo e defender que ele constitui, mesmo contra aquelas recusas, o consenso hegemónico atual. Mas, para tal, importa clarificar o seu uso.

Ao usarmos o termo *neoliberalismo* estamos a remeter para a sua origem histórica, recordando que foi cunhado por Alexander Rüstow em 1938, no Colóquio Walter Lippmann, cuja motivação passava por reunir os intelectuais que se opunham à progressiva adoção de políticas coletivistas na Europa e nos Estados Unidos. Nesse colóquio participaram figuras como Raymond Aron, Friedrich Hayek, o próprio Walter Lippmann, Ludwig von Mises e Rüstow, que

⁷ Embora as medidas políticas tenham sido justificadas pela imposição da *troika*, muitas foram aprovadas aproveitando aquela intervenção para escapar ao escrutínio público e democrático. O recente estudo realizado por Catherine Moury e Adam Standing, publicado no *European Journal of Political Research* no início deste ano, segue exatamente neste sentido. (cf. <https://www.publico.pt/2017/06/24/politica/noticia/a-troika-tambem-fomos-nos-1776711> - último acesso: 16/07/2017)

procuraram desenhar um projeto político que recuperasse os ideais do liberalismo clássico. No final da reunião, o termo proposto por Rüstow foi o escolhido para designar o movimento, embora se pudessem identificar, dentro dele, correntes distintas. Após a segunda guerra mundial, o grupo volta a reunir, desta vez em Mont Pèlerin, Suíça, tendo sido criado, por referência local, a Mont Pèlerin Society. Os seus membros comungam dos ideais de mercado livre, máxima liberdade para a iniciativa privada e forte limitação da intervenção estatal. Dois autores assumem destaque: Hayek, com especial influência junto dos países anglo-saxónicos, e Milton Friedman, que será particularmente influente nas políticas adotadas fora do mundo ocidental, sobretudo em virtude da sucessiva formação de jovens estudantes na Universidade de Chicago, que foram cumprindo a missão de levar as suas ideias para os países de origem. E como dá conta David Harvey, em *A Brief History of Neoliberalism*, as crises que marcaram o keynesianismo durante a década de 1970 levaram a que tivesse acontecido uma *neoliberal turn*.⁸

É a estes autores e a este conjunto de ideias que nos referimos quando designamos o atual consenso político como *neoliberal* ou como *Consenso de Washington*. O seu núcleo de ideias gira em torno de um processo de mercantilização crescente de todas as dimensões da vida (em especial daquelas esferas que tinham sido retiradas do mercado durante o consenso keynesiano, como a saúde, a educação, a energia, etc.). E dará forma aos princípios da política de austeridade, que passou a ser defendida na Europa como a reação adequada à grave crise económico-financeira: liberalização dos movimentos de capital, privatização alargada dos setores produtivos estratégicos, intensificação da exploração dos recursos ambientais e ecológicos e enfraquecimento do papel do Estado na economia em diversas áreas, particularmente no domínio laboral. A partir destes princípios do cânone neoliberal, o *austeritarismo* assenta na ideia de que apenas com uma forte contração das despesas do Estado (com congelamento de salários, pensões, diminuição das despesas sociais, etc.) e a diminuição do seu peso na economia, se torna possível resolver o problema da crise das dívidas soberanas.

⁸ Harvey, David (2005). *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford, Oxford University Press.

Clarificado este aspeto, como podemos analisar o projeto neoliberal e a política de austeridade à luz de *A Grande Transformação*?

Em primeiro lugar, importa notar que um dos aspetos mais evidentes que o neoliberalismo herdou do liberalismo clássico e, naturalmente, do projeto liberal filosófico, prende-se com a *pretensão de naturalização*. A narrativa do liberalismo económico, como vimos, assenta na ideia de naturalidade dos mercados, *condição natural* que o Estado perturbaria com a sua atividade – e esta é a justificação para a eliminação da interferência estatal e a constituição de mercados autorregulados. O neoliberalismo do século XX recupera precisamente este espírito de naturalização e a tentativa de encontrar as leis rigorosas, e não hipóteses debatíveis, que devem regular a economia. Apresenta-se, para o efeito, como imbuído de imparcialidade científica e orientado para uma abordagem económica à imagem das ciências naturais. Afinal, o sistema económico seria igualmente um sistema natural. Nas palavras de Naomi Klein:

O núcleo de tais sagrados ensinamentos da Escola de Chicago era que as forças económicas da oferta, procura, inflação e desemprego eram como forças da natureza, fixas e imutáveis. (...) Tal como os ecossistemas se autorregulam, mantendo-se em equilíbrio, o mercado, deixado em paz, iria criar o número exato de produtos aos preços precisamente corretos, produzidos por trabalhadores que receberiam os salários à medida para poderem comprar esses produtos – um Éden de emprego abundante, criatividade sem limites e inflação zero. (Klein, 2009: 64-5)

Se o Estado intervém cria uma perturbação e está “a fazer mal indiscriminado ao equilíbrio do mercado e à capacidade dos seus vários sinais comunicarem uns com os outros. A missão da Escola de Chicago era, assim, a de purificar – despir os mercados dessas interrupções para que o mercado livre pudesse singrar.” (Klein, 2009: 67)

Esta estratégia, constituindo uma tentativa de se colocar no *campo neutro da realidade*, reivindica conhecer as regras objetivas que fazem a economia funcionar. É neste contexto que surge a famosa expressão de Margaret Thatcher de acordo com a qual não existe alternativa: não existe alternativa ao capitalismo liberal, não existe alternativa a uma economia baseada em mercados livres – eis como a realidade funciona, por isso não há outro caminho.

Contudo, e como vimos, Polanyi expõe o *mito da naturalidade dos mercados*, revelando, por um lado, como a lógica de mercado teve um domínio de aplicação extremamente reduzido ao longo da história da humanidade e, por

outro, como o sistema de mercado oitocentista foi uma criação do próprio Estado, i.e., resultado de políticas específicas e opcionais: longe de se tratar de um estado natural, o mercado seria antes resultado de uma construção social e política concreta. E este é o primeiro grande contributo de Polanyi, fornecendo-nos a possibilidade de desmontar a reivindicação neoliberal de ter encontrado as leis objetivas e científicas que permitem conhecer o modo de funcionamento da realidade e, por isso, as medidas económicas corretas a adotar. Demonstrando a artificialidade da lógica de mercado, Polanyi faz valer a ideia de que as condições políticas e económicas resultam da vontade de governação política e não de terem sido encontradas as regras objetivas de regulação da realidade e que se impõem inexoravelmente. Este aspeto é particularmente relevante quando avançamos para a justificação imprimida, em termos discursivos, às políticas de austeridade: estas seriam *a única solução possível* para a chamada crise das dívidas soberanas que resultou da crise bancária e financeira. Desconstruindo essa estratégia discursiva, retirando o tapete à pretensão de naturalidade e, por isso, de acesso privilegiado ao modo como as coisas (a economia) realmente funcionam, podemos recuperar então a discussão para o plano político e debate democrático. E nesse sentido, as implicações de Polanyi são profundamente democráticas.

Em segundo lugar, importa considerar o período de austeridade em Portugal, que se iniciou ainda antes da intervenção da *troika*.⁹ É possível encontrar, durante esse período, a dinâmica do duplo movimento descrita por Polanyi: após uma aplicação inicial do pacote austeritário, os momentos seguintes foram marcados por medidas governativas de recuo e correção, por um lado, e por forte contestação social, por outro. Na verdade, as medidas de contração económica geraram desemprego, aumento de pobreza, elevados níveis de emigração e uma forte queda da economia nacional. O flagelo social originou a necessidade de adoção de pacotes sociais de apoio, como forma de correção e proteção da sociedade.¹⁰ Tal como indica Polanyi, o prosseguimento de um plano liberal gera ele mesmo, e de forma quase espontânea, medidas de defesa e

⁹ Notemos que a primeira grande manifestação de rua em Portugal marcada pela contestação às consequências políticas e económicas da crise económico-financeira foi o protesto da Geração à Rasca, no dia 12 de março de 2011. Representou o maior sintoma de um tempo de crise: menos de um mês depois, o governo de José Sócrates cairia com o pedido de intervenção financeira à *troika*. A dinamização que o protesto da Geração à Rasca conseguiu em Portugal galvanizou os protestantes espanhóis já mobilizados: a 15 de maio seguinte, o grande protesto em Madrid dará origem aos *acampados* e *indignados* espanhóis, semente do movimento *Occupy*.

¹⁰ O maior partido político membro da coligação que constituiu o XIX Governo Constitucional, eleito com base num programa político de cariz austeritário, reconhece declaradamente a necessidade de adoção dessas medidas de proteção, conforme se pode encontrar aqui: <http://www.psd.pt/noticia/1743>.

proteção. E aqui reside, como vimos, a sua dimensão *u-tópica*, aspeto que se torna ainda mais evidente com a leitura da carta de demissão do Ministro das Finanças Vítor Gaspar.¹¹ Para além de reconhecer a necessidade de apoio popular para as medidas a adotar, algo que estava posto em causa em resultado das constantes manifestações, Gaspar reconhece *a necessidade de intervenção estatal* em diferentes domínios por forma a resolver os problemas criados pelas suas próprias políticas.

Os grandes custos de ajustamento são, em larga medida, incontornáveis, dada a profundidade e persistência dos desequilíbrios, estruturais e institucionais, que determinaram a crise orçamental e financeira. No entanto, o nível de desemprego e de desemprego jovem são muito graves. Requerem uma resposta efetiva e urgente a nível europeu e nacional. Pela nossa parte exigem a rápida transição para uma nova fase do ajustamento: a fase do investimento!¹²

Mais uma vez: um projeto que procura implementar uma sociedade de mercado não é concretizável, começa a falhar nos seus próprios termos.

Como referimos, era essencial para a posição de Polanyi destacar a espontaneidade da reação de proteção, por forma a afastar a narrativa que apresentava a conspiração coletivista como responsável pela destruição das possibilidades de êxito do projeto liberal.¹³ O nosso propósito passa, no entanto, por oferecer uma leitura do segundo movimento como revelando a cultura democrática da sociedade europeia. De acordo com essa leitura, as reações contrárias aos princípios liberais podem ser perspetivadas como consequências da pressão social e institucional contra as medidas que implicavam custos percecionados como inaceitáveis. Em Portugal, na medida em que as medidas de austeridade tiveram implicações extremamente amplas, a contestação foi sentida um pouco por toda a sociedade, revelando a cultura democrática em que assentam as nossas instituições. Tal aconteceu com as decisões do Tribunal Constitucional a um nível mais institucional como garante do Estado de direito democrático, mas também com um clima de contestação social constante, marcado por grandes manifestações, greves, *grandoladas* e outras estratégias afins.

¹¹ Vítor Gaspar foi Ministro das Finanças do XIX Governo Constitucional até 1 de julho de 2013. Após cessar as suas funções governativas, Atualmente ocupa o cargo de Diretor do Departamento de Assuntos Orçamentais do Fundo Monetário Internacional.

¹² Cf: <https://www.publico.pt/destaque/jornal/carta-de-vitor-gaspar-a-passos-coelho-na-integra-26769219> (último acesso: 16/07/2017).

¹³ O facto de o mesmo tipo de reivindicação se ter feito ouvir um século depois torna o contributo de Polanyi ainda mais precioso.

É deste modo que os contributos de Polanyi permitem reflexões democráticas: permitem-nos falar de uma espécie de *des-cobrimto* da estrutura democrática da sociedade europeia. Interpretado nas suas duas dimensões, enquanto resultado pragmático dos próprios defensores do liberalismo e enquanto resultado das pressões sociais e institucionais, encontramos o reconhecimento de que um projeto político não pode ser feito a qualquer preço, à custa de um sofrimento individual e social inaceitável.¹⁴ Afinal, como chama a atenção Alain de Benoist no seu pequeno texto sobre democracia – *Démocratie: le problème* –, “em contraste com o Oriente o despotismo absoluto foi sempre excessivamente raro na Europa.” (Benoist, 2011: 15) Todas as antigas monarquias eram eletivas e em geral foi apenas a partir do século XII que se tornaram hereditárias; mesmo aí, os reis governaram sempre com a constituição de parlamentos, assembleias ou, como em Portugal, de cortes. Nos momentos em que a legitimidade dos governantes foi posta em causa, quebrando-se o elo de confiança com o povo, a contestação popular conduziu a movimentos revoltosos e à reorganização dessa legitimidade, como aconteceu com a redação da Magna Carta em Inglaterra no século XIII. Esses momentos de contestação recordaram sempre aos governantes que eles respondiam perante as suas populações. O amadurecimento democrático da sociedade europeia e a institucionalização de uma democracia liberal e representativa limitou-se a tornar mais evidente essa estrutura. E de acordo com ela, nem o liberalismo nem o neoliberalismo, com as suas pretensões de naturalidade, escapam ao espírito democrático que podemos reconhecer no princípio do duplo movimento de Polanyi.

4. Pensar o futuro a partir de Polanyi

Como procuramos destacar, as considerações de Karl Polanyi constituem importantes contributos para o domínio democrático. Por um lado, permitem desmontar a estratégia discursiva de pretensão de naturalidade e acesso privilegiado ao modo como a realidade funciona, que justificaria em última instância uma solução inevitável. Alarga-se, desse modo, o espaço de discussão

¹⁴ Outra reminiscência provocada pelos tempos presentes prende-se com o surgimento dos movimentos populistas, sobretudo de cariz nacionalista, que têm pontuado o panorama ocidental. Também aqui, na sua ligação à recente crise neoliberal, os contributos de Polanyi são relevantes.

democrática e repolitiza-se o domínio das decisões coletivas e a própria economia (de acordo com a ideia de incrustação que Polanyi celebrizou). Por outro lado, permitem o aprofundamento da reflexão democrática na medida em que as suas apreciações sobre a dimensão utópica e o princípio do duplo movimento revelam os diferentes modos a partir dos quais podemos avaliar o funcionamento democrático de uma sociedade. Em Portugal, e embora a ocupação da rua como espaço político não tenha conduzido à exigência recorrente de demissão do governo, ela condicionou os decisores políticos, fazendo-os muitas vezes recuar nas suas medidas.¹⁵ Se o período austeritário foi, em certo sentido, um movimento de diminuição do espaço democrático (sobretudo a um nível discursivo, como fizemos notar), o contramovimento agiu em sentido contrário, isto é, abrindo espaço para consequências democráticas. E as reflexões de Polanyi permitem esta complexa consideração dos tipos de discurso que coexistem sempre no espaço público.

Gostaríamos, no entanto, de terminar com os contributos polanyianos para o futuro, destacando esse aspeto a partir de dois elementos: por um lado, a introdução do fator de contingência e, por outro, a reabilitação dos estudos humanísticos. Uma das lições mais ricas que um trabalho como o de Polanyi nos proporciona vai no sentido de deslocar a nossa atenção para a dimensão contingente dos projetos políticos: não há algo como uma condição natural a que possamos ou devamos aspirar ou algo como um projeto político que deva ser imposto pela reivindicação de resultar de um conhecimento especial da Verdade.¹⁶ Esta noção de contingência é introduzida por Polanyi com as observações de como as diferentes sociedades foram encontrando, historicamente, os seus modos particulares de organização, a partir da adaptação ao meio ambiente e da consideração dos seus projetos coletivos. Ora, esta lição é conseguida por uma metodologia que usa trabalhos realizados por diferentes áreas do saber, como a história, a antropologia, o direito ou a etnografia.¹⁷ E é na

¹⁵ O melhor exemplo deste facto é o recuo na medida apresentada pelo governo, em setembro de 2012, em relação à Taxa Social Única, que provocou uma das maiores manifestações desse período, no dia 15 de setembro.

¹⁶ Polanyi é particularmente previdente quando chama a nossa atenção para a ideia de que implementar “em todo o planeta um novo modo de vida que [aspira] à universalidade em termos sem precedentes desde os primeiros tempos de afirmação do cristianismo, sendo a diferença que, desta feita, o movimento se situava num plano puramente material,” gera terríveis consequências na medida em que constitui uma forma de etnocídio: “A desagregação das instituições tem lugar devido ao simples facto da imposição de uma economia de mercado a uma comunidade organizada em termos completamente diferentes.” (Polanyi, 2012: 337)

¹⁷ A análise de Karl Polanyi assume, neste sentido, um cariz distinto de outras obras de autores seus contemporâneos como, por exemplo, a de Karl Mannheim (*Ideologie und Utopie*, de 1929), que se apresenta como uma obra teórica no campo da sociologia do conhecimento.

combinação destes dois aspetos que reside, na nossa perspetiva, o grande contributo de Polanyi para o futuro: não estamos condenados a um projeto político específico, somos sempre livres de re-pensar e re-formular as nossas ideias políticas – e a melhor forma de aumentar a nossa capacidade para imaginar possibilidades alternativas¹⁸ é aproveitar os trabalhos realizados pelas diferentes áreas do saber humanístico.

Bibliografia

Bauman, Zygmunt. (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge/Malden, UK: Polity Press.

Beckert, Jens. (2016). *Imagined Futures: fictional expectations and capitalist dynamics*. Harvard, Mass: Harvard University Press.

Benoist, Alain de. (2011). *The problem of democracy*. UK: Arktos Media.

Gaspar, Vítor .(2013). Carta de demissão. *Público*. Retirado de: <https://www.publico.pt/destaque/jornal/carta-de-vitor-gaspar-a-passos-coelho-na-integra-26769219>

Harvey, David. (2005). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford, UK: Oxford University Press.

Klein, Naomi. (2009). *A Doutrina do Choque. A Ascensão do Capitalismo de Desastre*. (Trad. port. Marco de São João. Lisboa). Portugal: Smartbook.

Mannheim, Karl. (1936). *Ideology and Utopia. An introduction to the Sociology of Knowledge*. London/Henley, UK: Routledge & Kegan Paul.

Moury, Catherine e Standring, Adam. (2017). ‘Going beyond the Troika’: Power and discourse in Portuguese austerity politics. *European Journal of Political Research*, 56(3), 660-679.

¹⁸ O papel da imaginação na prática social foi alvo de particular atenção por parte de Paul Ricoeur, especialmente em *L'Idéologie et L'Utopie* (1997), a partir da dinâmica entre ideologia e utopia que nos permite considerar possíveis mundos futuros.

Polanyi, Karl (2012). *A Grande Transformação. As origens políticas e económicas do nosso tempo* (Trad. port. Miguel Serras Pereira). Lisboa, Portugal: Edições 70.

Ricoeur, Paul (1986). *Ideologia e Utopia*. Trad. port. Teresa Louro Perez. Lisboa: Edições 70.

Rothbard, Murray. (1961). *Down With Primitivism: A Thorough Critique of Polanyi*. Retirado de: <https://mises.org/library/down-primitivism-thorough-critique-polanyi>

Soromenho-Marques, Viriato. (2014). *Portugal na queda da Europa*. Lisboa, Portugal: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2014.